PUBLICIDADE LEGAL

FUNDAÇÃO FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS

CNPJ. 07.922.437/0001-21

]-[Fundo Brasil de Direitos Humanos

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - Em Reais

ATIVO	Nota	2016	2015
Circulante			
Recursos sem Restrições		3.046.740,89	2.425.771,12
Recursos com Restrições	7.1	-	101.265,30
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.	**3.046.740,89**	**2.527.036,42**
Aplicações Financeiras	3.a	-	1.997.124,31
Outros Créditos		38.058,71	11.496,81
Despesas Antecipadas	9.	469,55	710,86
Total do Ativo Circulante		**3.085.269,15**	**4.536.368,40**
Ativo não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações Financeiras	7.2	**9.266.943,18**	**8.124.611,19**
Imobilizado			
Bens em Operação	3.2	105.209,87	94.189,67
(-) Depreciações		(56.283,52)	(42.728,38)
Imobilizado Líquido		**48.926,35**	**51.461,29**
Total do Ativo não Circulante		**9.315.869,53**	**8.176.072,48**
Total do Ativo		**12.401.138,68**	**12.712.440,88**

PASSIVO	Nota	2016	2015
Circulante	4.		
Salários e Encargos Sociais		146.487,91	90.648,89
Obrigações Tributárias/Contribuições		800,91	44.471,21
Outras contas a pagar		6.148,52	1.382,13
		153.437,34	**136.502,23**
Projetos Sociais em Execução	4.1		
Doações Vinculadas		1.095.606,64	2.067.622,46
Doações com Restrição- Rede Fundos		-	101.998,74
Outros Projetos Sociais		-	40.000,00
		1.095.606,64	**2.209.621,20**
Total do Passivo Circulante		**1.249.043,98**	**2.346.123,43**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		10.000,00	10.000,00
Fundo Patrimonial - Doação	8.	6.076.500,00	6.076.500,00
Superávit Acumulado		4.279.817,45	3.830.240,49
Total do Patrimônio Social		**10.366.317,45**	**9.916.740,49**
Superávit do Período	5.1	785.777,25	449.576,96
Total do Patrimônio Líquido		**11.152.094,70**	**10.366.317,45**
Total do Passivo		**12.401.138,68**	**12.712.440,88**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - Em Reais

	Patrimônio Social	Doação Fundação FORD	Ajustes Exerc. Ant.	Superávit Acumulado	Total Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2014	**10.000,00**	**6.076.500,00**	**205.410,33**	**3.624.830,16**	**9.916.740,49**
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(205.410,33)	205.410,33	-
Superávit do período	-	-	-	449.576,96	449.576,96
Em 31 de dezembro de 2015	**10.000,00**	**6.076.500,00**	**0,00**	**4.279.817,45**	**10.366.317,45**
Superávit do período	-	-	-	785.777,25	785.777,25
Em 31 de dezembro de 2016	**10.000,00**	**6.076.500,00**	**0,00**	**5.065.594,70**	**11.152.094,70**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - Em Reais

	Nota	2016	2015
Receitas Operacionais	6.	**3.620.424,74**	**3.867.378,76**
Com Restrições			
Receitas Internacionais:			
Agências de Cooperação		3.524.173,01	2.843.910,77
Receitas Nacionais:			
Doações Empresas Públicas		-	717.948,21
Doações Pessoas Físicas		40.000,00	165.000,00
Sem Restrições			
Doação Jurídica - Nota Fiscal Paulista		-	18.753,03
Créditos Nota Fiscal Paulista		35.659,16	104.528,78
Doação Pessoa Jurídica Internacional		-	3.075,10
Doadores Individuais		20.592,57	14.162,87
Voluntários		**25.772,00**	**342.594,61**
Doações Passagens - Projeto Redes		-	4.951,23
Serviços Prestados	10.	25.772,00	337.643,38
Despesas Operacionais	6.	**(4.989.080,84)**	**(4.862.692,89)**
Gestão e Desenvolvimento Institucional		(512.918,04)	(392.547,90)
Mobilização Social para a promoção da causa dos direitos humanos		(1.366.121,90)	(1.347.079,47)
Apoio as Organizações		(2.840.481,65)	(2.660.802,26)
Formação e Fortalecimento de Redes		-	(236.195,29)
Custos Operacionais		(256.004,11)	(214.918,27)
Depreciações		(13.555,14)	(11.149,70)
Superávit (Déficit) das Operações Sociais		**(1.342.884,10)**	**(652.719,52)**
Resultado Financeiro Líquido		**2.154.433,35**	**1.444.891,09**
Receitas Financeiras		1.033.435,64	1.131.359,43
Variação NTNB		1.142.109,54	341.284,12
(-) Despesas Financeiras		(21.111,83)	(27.752,46)
Voluntários		**(25.772,00)**	**(342.594,61)**
Doações Passagens - Projeto Redes		-	(4.951,23)
Serviços Prestados	10.	(25.772,00)	(337.643,38)
Resultado do Exercício		**785.777,25**	**449.576,96**
Superávit do Período	5.1	**785.777,25**	**449.576,96**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - Em Reais

	2016	2015
(Déficit) Superávit do Período	**785.777,25**	**449.576,96**
Ajustes do resultado às disponibilidades geradas		
Depreciações e amortizações	13.555,14	11.149,70
(Déficit) Superávit Líquido Ajustado	**799.332,39**	**460.726,66**
Variações nos ativos circulantes		
Aplicação financeira	1.997.124,31	90.740,21
Outros Créditos	(26.561,90)	(8.754,68)
Variação NTNB	(1.142.331,99)	(318.471,02)
Despesas antecipadas	241,31	(377,30)
Variações nos passivos circulantes		
Salários e encargos sociais	55.839,02	17.875,24
Impostos e taxas a recolher	(43.670,30)	9.946,41
Projetos em Execução	(1.114.014,56)	(280.719,81)
Outras obrigações	4.766,39	(33.480,98)
(1) Caixa líquido das atividades operacionais	**530.724,67**	**(62.515,27)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no ativo imobilizado	(11.020,20)	(20.712,97)
(2) Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos	**(11.020,20)**	**(20.712,97)**
(3) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	-	-
(1+2+3) Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**519.704,47**	**(83.228,24)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.527.036,42	2.610.264,66
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.046.740,89	2.527.036,42
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**519.704,47**	**(83.228,24)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - Em Reais

ORIGENS	2016	2015	*Nota Explicativa -nº 2.f*
Das Operações			
• Superávit do Exercício	785.777,25	449.576,96	
• (+) Ajuste de Depreciações	13.555,14	11.149,70	
	799.332,39	**460.726,66**	
Total das Origens	**799.332,39**	**460.726,66**	
Aplicação dos Recursos			
• Aquisição de Ativo Imobilizado	11.020,20	20.712,97	
• Realizável a Longo Prazo	1.142.331,99	318.471,02	
• (Redução) do Capital Circulante	(354.019,80)	121.542,67	
Total das Aplicações	**799.332,39**	**460.726,66**	

Demonstração do CCL (Capital Circ. Líquido)

C.C.L	BALANÇO Período Anterior	BALANÇO Período Atual	VARIAÇÃO Monetária	VARIAÇÃO Percentual
Ativo Circulante	4.536.368,40	3.085.269,15	(1.451.099,25)	(31,99)
Passivo Circulante	2.346.123,43	1.249.043,98	(1.097.079,45)	(46,76)
Capital Circulante Líquido	**2.190.244,97**	**1.836.225,17**	**(354.019,80)**	**(16,16)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

1. Contexto Operacional: A **Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos** foi constituída em 23 de dezembro de 2005, através de Escritura de Instituição lavrada às páginas 215/220 do Livro 2.954 do 26° Tabelião de Notas de São Paulo e registrada, no 5° Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica sob o nº 32.486 em 19 de janeiro de 2006. A Entidade é uma fundação de direito privado e de natureza assistencial e cultural, sem fins lucrativos, de acordo com o Artigo 2º da Lei 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto 8.242 de 23 de maio de 2014, a Entidade obedece ao *Princípio da Universalidade do Atendimento* tendo como objetivo o de assistência e promoção dos direitos humanos, buscando em especial a defesa dos direitos de grupos particularmente vulneráveis e discriminados, como crianças e adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiências, mulheres, afrodescendentes, populações indígenas, trabalhadores e migrantes. Conforme a *Resolução 27 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de 19/09/2011*, as atividades do Fundo Brasil de Direitos Humanos, caracterizam como assessoramento e defesa e garantia dos direitos, no âmbito de Assistência Social**.** De acordo com o Art. 14 do Código Tributário Nacional e Pareceres Normativos, a Fundação: I - Não remunera a Diretoria e nem distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; II - Aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais; III - Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades exigidas pela lei, capazes de assegurar sua exatidão. **1.1. Das Atividades:** Dentre outras iniciativas, a Fundação poderá adotar as seguintes ações: • Aportar recursos para projetos na defesa e proteção dos direitos humanos, especialmente aqueles caracterizados por aspectos inovadores e aqueles desenvolvidos por organizações de pequeno porte que atendam diretamente o público; • Aportar recursos para indivíduos com vistas ao aprimoramento de sua formação como ativistas e especialistas em direitos humanos; • Apoiar intercâmbios envolvendo organizações e indivíduos, inclusive de outros países; • Manter cooperação com Fundos e instituições nacionais e estrangeiros; • Ingressar com ações judiciais relacionadas às finalidades da Fundação; • Organizar, promover e incentivar programas que objetivem o desenvolvimento das finalidades da Fundação; e • Executar outras atividades compatíveis com as finalidades da instituição. No exercício de 2016, o Fundo Brasil de Direitos Humanos apoiou projetos de defesa e garantia de direitos voltados prioritariamente ao fortalecimento de movimentos e de organizações sociais, à formação e à capacitação de lideranças. Todas as ações tiveram como foco organizações de direitos humanos e indivíduos de várias regiões do país. Para potencializar a atuação de grupos e de indivíduos, além do edital geral, que apoia pequenos projetos em todo o país, apoiamos também projetos por meio de editais específicos e de linhas especiais. Dessa forma, o Fundo Brasil tem a oportunidade de apoiar projetos por períodos maiores do que um ano e que são de médio e grande portes. Isso sem deixar de lado o tradicional apoio às organizações menores, que têm dificuldade de acessar outras fontes de recursos. Esse trabalho permanece a espinha dorsal de nossa atuação. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de Conformidade:** as demonstrações financeiras da organização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral, (NBC) TG 1000 - CTG 1000 - adoção plena, suas interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, em especial à **ITG-2002 (R1) (Resolução CFC 1409/2012)** que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucros seguindo as práticas contábeis descritas na **Nota 3. b) Autorização das demonstrações Contábeis:** as demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão sendo apresentadas em Reais (R$) e foram autorizadas pela administração no dia 17 de março de 2017. **c) Formalidade da Escrituração Contábil:** a Resolução CFC nº 1.330/11 (NBC ITG 2000). A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Livro Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Para o ano calendário 2016 as pessoas jurídicas imunes e isentas com receitas superiores a R$ 1.200.000,00 ficam obrigadas a manter escrituração contábil digital ECD, a Fundação encontra-se nessa situação e a obrigação será entregue na data aprazada. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil. **d) Estimativas Contábeis:** na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **e) Prazos:** os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante. **f)** Em dezembro de 2011 foi publicada a Portaria 353 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que estabelece em seu Artigo 12 que as entidades com atuação preponderante em Assistência Social devem incluir em suas demonstrações a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos – DOAR. **3. Sumário das Principais Práticas:** Em consonância com a NBC ITG 2002 (R1), os registros contábeis das receitas e despesas são reconhecidos mensalmente respeitando o princípio da competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independente do efetivo recebimento ou pagamento. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** as aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimento superior a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo. **b) Contas a receber:** são provenientes de doações diversas, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos doadores, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. De acordo com os documentos fiscais o saldo em 31.12.2016 é 100% recebível. **3.1. Ativo Não Circulante:** As aplicações financeiras não circulantes são representadas por investimentos em títulos da dívida pública que serão mantidos até as suas datas de vencimento. Estão registradas pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.2. Imobilizado:** É registrado ao custo de aquisição. A Entidade contabilizou as depreciações do ativo imobilizado calculando-as pelo método linear mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica do bem. Os ativos são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*). Nos exercícios de 2016 e 2015 não foram apuradas perdas dessa natureza.

3.3. Quadro Demonstrativo Imobilizado

	%	2016	Adições	2015
Equip. de Processamento de Dados		67.342,86	8.561,80	58.781,06
Móveis e Utensílios/Equip.		37.867,01	2.458,40	35.408,61
Outros		-	-	-
		105.209,87	**11.020,20**	**94.189,67**
(-) Deprec. Equip. Proc. de Dados	10	38.288,58	9.954,15	28.334,43
(-) Deprec. Móveis e Utensílios/Equip	10	17.994,94	3.600,99	14.393,95
		56.283,52	**13.555,14**	**42.728,38**
Imobilizado Líquido		**48.926,35**	**2.534,94**	**51.461,29**

4. Passivo Circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos até a data do balanço. As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Salários e Encargos sociais	146.487,91	90.648,89
Obrigações Tributárias/Contribuições	800,91	44.471,21
Outras contas a pagar	6.148,52	1.382,13
Total	**153.437,34**	**136.502,23**

4.1. Projetos Sociais

Patrocinador	2016	2015
Porticus Latin America	529.185,00	247.255,63
Fundação Ford	398.671,64	581.348,34
Open Society Institute	167.750,00	516.470,81
Fundação OAK	-	722.547,68
Doações para Projetos (doadores individuais)	-	40.000,00
Doações Vinculadas - Rede de Fundos	-	101.998,74
Saldo a realizar no fim do período	**1.095.606,64**	**2.209.621,20**

Os saldos registrados estão vinculados aos recursos recebidos que serão utilizados em projetos no exercício de 2017. **5. Apuração do Resultado do Período: 5.1. Apuração do Superávit ou Déficit do Período:** Em consonância com a NBC ITG 2002 (R1), os registros contábeis segregam as receitas por área de atuação, programas e projetos, as receitas e despesas são reconhecidas mensalmente respeitando o princípio da competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independente do efetivo recebimento ou pagamento. **5.2. Do Resultado do Período:** De acordo com o item 15 ITG-2002 (R1) Resolução CFC 1409/2012, o valor do superávit ou déficit do período deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido. **6. Receitas/Custos/Despesas:** Os recursos da Fundação são obtidos mediante doações e contribuições espontâneas de pessoas físicas e jurídicas e acordo firmado com agência de cooperação. As receitas de contribuições e doações para custeio são apropriadas em bases mensais, de acordo com os períodos a serem beneficiados, quando estes forem identificados.

Receitas	2016	2015
Receitas Internacionais:		
Agências de Cooperação	3.524.173,01	2.843.910,77
Doação Pessoa Jurídica Internacional	-	3.075,10
Receitas Nacionais:		
Doações Empresas Públicas	-	717.948,21
Doações Pessoas Físicas	60.592,57	179.162,87
Créditos Nota Fiscal Paulista	35.659,16	104.528,78
Doação Jurídica - Nota Fiscal Paulista	-	18.753,03
Total	**3.620.424,74**	**3.867.378,76**

Os custos do Fundo Brasil em aplicações nos projetos sociais no ano de 2016 e 2015 foram:

Custos/Despesas	2016	2015
• Gestão e Desenvolvimento institucional	512.918,04	392.547,90
• Mobilização Social para a promoção da causa dos direitos humanos	1.366.121,90	1.347.079,47
• Apoio as Organizações	2.840.481,65	2.660.802,26
• Formação e Fortalecimento de Redes	-	236.195,29
• Custos Operacionais	256.004,11	214.918,27
• Depreciações	13.555,14	11.149,70
Total	**4.989.080,84**	**4.862.692,89**

6.1. Isenções Usufruídas: Os efeitos das isenções tributárias usufruídas pela Entidade no exercício de 2016 podem assim ser demonstrados.

Contribuições Sociais – Isenção	2016	2015
Cota Patronal	R$ 250.792,19	R$ 122.216,28
RAT	R$ 23.930,72	R$ 25.914,60
Terceiros	R$ 53.844,11	R$ 11.517,60
COFINS	R$ 108.612,74	R$ 116.021,36
Total das Contribuições Sociais	**R$ 437.179,76**	**R$ 275.669,84**

A Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos obteve a Certificação do CEBAS – Certificação de Entidade Beneficentes de Assistência Social, processo nº 71000.069571/2011-78, conforme a portaria SNAS nº 74, de 24 de junho de 2015, publicada no DOU 29/06/2015, com validade até 28 de junho de 2018. Todos valores obtidos com a isenção foram aplicados integralmente nas ações sociais do Fundo Brasil. **7. Caixa e Equivalentes:** O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e aplicações de liquidez imediata, representadas por depósitos e fundos de investimentos.

Recursos	2016	2015
Recursos sem Restrições	3.046.740,89	2.425.771,12
Recursos com Restrições	-	101.265,30
Total	**3.046.740,89**	**2.527.036,42**

As aplicações em fundos de investimento foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor das cotas na data do balanço. **7.1. Valor Restrito:** Nos equivalentes de caixa em 2015 existiam valores restritos à aplicação ao projeto Rede de Fundos Independentes para Justiça Social. **7.2. Aplicações Financeiras de Longo Prazo:** O Fundo Brasil possui hoje seu patrimônio investido em Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), que são títulos públicos com rentabilidade vinculada à variação do IPCA, acrescida de juros semestrais definidos no momento da compra. Por se tratar de um título pós-fixado, a rentabilidade a ser recebida pelo Fundo Brasil variará até a data de vencimento. O quadro abaixo demonstra a evolução do patrimônio:

Notas do Tesouro Nacional – NTN-Bs

Data da Compra	Data da Venda	Título	Vencimento Título	Operação	Quantidade de Cota	Taxa %	Valor do Custo
25/04/2007		NTN-B	15/05/2015	Compra	3695	6,50	6.047.783,95
23/11/2007		NTN-B	15/05/2015	Compra	190	7,30	412.853,34
27/05/2008		NTN-B	15/05/2015	Compra	100	7,30	161.505,98
	01/12/2011	*NTN-B*	*15/05/2015*	*Venda*	*3985*		*8.301.735,41*
01/12/2011		NTN-B	15/08/2020	Compra	3744	5,38	8.301.295,50
	11/12/2013	*NTN-B*	*15/08/2020*	*Venda*	*3744*		*8.863,338,59*
11/12/2013		NTN-B	15/08/2022	Compra	3756	6,19	8.861,798,86
	26/11/2014	*NTN-B*	*15/08/2022*	*Venda*	*696*		*1.809.869,73*
31/12/2016		**NTN-B**	**15/08/2022**	**Saldo**	**3060**	**6,19**	**9.266.943,18**

A aplicação em Notas do Tesouro Nacional com vencimento em 2022 tem como rendimento a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acrescidos de juros de – 6,19% anuais.

8. Patrimonial Social - Doação: A Entidade recebeu US$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares americanos), em 25 de abril de 2007, da Fundação Ford (The Ford Foundation) para uso em suas atividades. Conforme carta de doação, os numerários não puderam ser utilizados pelo período de três anos. Tais recursos encontram-se aplicados, conforme Nota Explicativa nº 7. Conforme estabelecido no Artigo 4º Parágrafo Único de seu Estatuto Social, a Fundação aplica suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. **9. Aplicação dos Recursos:** A Instituição no atendimento aos seus objetivos estatutários tem como atividade preponderante a Assistência Social e presta estes serviços de forma gratuita, continuada e planejada para os usuários que dela necessitarem, sem qualquer discriminação de acordo com a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e posteriores alterações. **9.1. Demonstração do cumprimento da aplicação e atendimentos sociais:** Os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais estão inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social do município de São Paulo e as atividades desenvolvidas, no contexto legal da Filantropia, a Lei Nº 12.101/2009, art. 18 e o Decreto Nº 8.242/2014 art. 38, em observância aos preceitos da Lei nº 8.742/ 1993 alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e em consonância com a Resolução 27 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de 19/09/2011 as ações assistenciais foram desenvolvidas conforme segue: **I - De Assessoramento:** as entidades de **assessoramento** prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, conforme Resolução CNAS nº 27/2011. **II - De Defesa e Garantia de Direitos:** as entidades de **defesa e garantia de direitos** prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, conforme Resolução CNAS nº 27/2011. A Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos, tendo como objetivo assessorar e fortalecer organizações e movimentos sociais, para desenvolver a filantropia de justiça social. Em 2016, foram apoiados 90 projetos, contribuindo para defesa e garantia de direitos das pessoas envolvidas com as ações desses projetos.

Projetos Apoiados - 2016	Nº de Projetos Apoiados	Atendidos Diretamente	Atendidos Indiretamente	Valor da Doação
• Edital Anual - 2015	22	7.331	311.850	397.556,05
• Edital Anual - 2016	20	-	-	378.555,00
• Edital Específico Litigância Estratégica	11	-	-	36.860,00
• Edital Específico "Enfrentamento Tráfico de Pessoas"	8	10.066	209.543	183.858,00
• Edital Específico "Juntos/a contra violência que mata a juventude brasileira	15	-	-	298.695,00
• Projetos "Justiça Criminal"	6	-	-	379.868,80
• Projeto "Combate a discriminação racial no sistema de justiça criminal"	4	-	-	210.000,00
• Projetos Emergencial	4	-	-	31.240,00
Total	**90**	**17.397**	**521.393**	**1.916.632,85**

Em relação aos beneficiados, o quadro acima demonstra o número de atendimento com base nos relatórios parciais e finais apresentados pelos responsáveis dos projetos, no exercício 2016, conseguimos apoiar diretamente cerca de 17.397 pessoas e indiretamente 521.393 pessoas, esse número correspondem a 33% do total de projetos apoiados, que concluíram relatórios, e 67% são projetos que ainda estão em andamento e apresentarão relatórios posteriormente. **10. Voluntários:** No exercício de 2016 a empresa Brazz Design (Rogerio Escobar 14661318889), inscrita no CNPJ nº 18.269.330/0001-42, prestou serviços pró-bono, a título voluntário, no valor total equivalente a R$ 25.772,00, (vinte e cinco mil, setecentos e setenta e dois reais), para a Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos. Essa parceria proporcionou a redução de recursos financeiros para despesas com atividades de visibilidade e comunicação. Conforme estabelecido no item 19 ITG-2002 (R1), os custos da prestação de serviços foram reconhecidos pelo valor justo, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. **11. Seguros:** Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **12. Instrumentos:** Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Fundação restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, outros ativos e passivos circulantes, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Fundação não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. **13. Eventos Subsequentes.** Não ocorreram até a presente data quaisquer outros eventos que pudessem alterar de significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.

São Paulo, 31 de dezembro de 2016.

Jorge Eduardo Saavedra Durão - Presidente

Jorge Celso da Silva - CT. CRC 1SP196.805/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria da **Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos -** São Paulo – SP **1. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do Superávit ou Déficit, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2. Base para a Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **3. Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor:** A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **4. Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **5. Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alc